



TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS CONTINUADOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa terceirizada especializada na prestação de serviços Contínuo de Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final dos Resíduos dos Serviços de Saúde dos Grupos “A”, “B” e “E” com fornecimento de insumos (barricas e bombonas) sem dedicação exclusiva de mão de obra, gerados no Escritório Técnico da Fundação Oswaldo Cruz em Rondônia – Fiocruz Rondônia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

Item	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Código CatSer	Valor Máximo Aceitável do Item
1	Prestação de serviço contínuo, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, para coleta externa, transporte externo, tratamento e disposição final de resíduos do grupo A (subgrupo A1, A2 e A4), resíduos perigosos (grupo B) e grupo E (perfurocortante) com fornecimento de insumos (barricas, bombonas e coletores em regime de comodato).	Serviço	1333	67.886,80

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 10.520/2002, e §1º do art. 1º e art. 3º, II, do Decreto nº 10.024/2019. Vide item 2.7 do Anexo V da IN nº 5/2017.

1.3. Os serviços estão discriminados no item 10.2.

1.4. O regime de execução da contratação será de empreitada por preço unitário, pois observa-se que pela natureza do serviço que se pretende, os interessados podem cotar um preço certo pré-definido e correspondente ao valor total do serviço.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.1.1. Ao observar as soluções propostas no Estudo Técnico Preliminar, ponderando-se os encargos de cada uma delas, entendemos que o formato mais adequado a ser utilizado na Instituição é o **critério de medição com pagamento por quantidade de resíduos produzidos que venham a ser coletados, ou seja pagamento por quilo (Kg) coletado, no caso específico dos resíduos a serem autoclavados e incinerados e insumos (barricas e bombonas) efetivamente fornecidos**. Desta forma, eles serão retirados em cada ponto de coleta, cumprindo as respectivas exigências legais e normativas, promovendo a competição, levando-se em conta os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização, bem como práticas de mercado.

3.1.2. Esta metodologia é a mais recomendada por propiciar um maior controle na gestão e fiscalização dos resultados pretendidos em todas as suas etapas com ações referentes às tomadas de decisões nos aspectos administrativo, operacional, financeiro, social e ambiental, garantindo um serviço de qualidade.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e **sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva**, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudo Técnico Preliminar, atualizado em decorrência do amadurecimento da descrição, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. São requisitos necessários ao atendimento da necessidade da Instituição que as licitantes interessadas no certame apresentem:

5.1.1.1. Declaração que a licitante tenha instalações operacionais do tratamento dos resíduos ou uma Base Operacional no Estado de Rondônia para recebimento dos resíduos, caso eles sejam enviados para tratamento em outros Estados.

5.1.1.2. Exigência descrita no item anterior justifica-se pela necessidade dos deslocamentos para as vistorias técnicas para inspeção minuciosa *in loco*, pelo fiscal do contrato e sua equipe de fiscalização técnica, quanto aos cumprimentos das normas legais quando da efetiva execução do Objeto.

5.1.1.3. Declaração formal emitida pela licitante de que os veículos e equipamentos necessários para execução dos serviços de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições por ocasião de sua utilização quando da contratação.

5.1.2. O serviço possui natureza continuada, pois se trata de atividade finalística que influencia diretamente a boa execução das funções da Instituição e sua interrupção pode afetar a prestação de um serviço público e a meta Institucional.

5.1.3. Os critérios e práticas de sustentabilidade exigidos para esta contratação estão abaixo elencados:

5.1.3.1. A CONTRATADA deverá apresentar ao fiscal do contrato, a cada 4 meses, a comprovação de que os veículos e equipamentos locados à Fiocruz mantêm-se nos limites máximos de emissão de poluentes no escapamento, conforme o estabelecido no PROCONVE (Programa de Controle de Emissões Veiculares), Resolução Conama n. 18/1986.

5.1.3.2. Para minimizar os riscos conhecidos de contaminação, será exigido da CONTRATADA o uso de EPI's pelos funcionários de acordo com a NR 06 (Equipamentos de Proteção Individual – EPI), tais como: bota, avental, luva 3/4 emborrachada, máscara (N95) e proteção ocular.

5.1.3.3. Atendimento às leis e normas ambientais, tais como:

5.1.3.3.1. Atender às determinações da Lei 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.

5.1.3.3.2. Atender a determinação das Resoluções CONAMA: 358/2005, 316/2002.

5.1.3.3.3. Atender a RDC ANVISA nº 222/2018.

5.1.3.3.4. Acompanhar e divulgar legislações e normas pertinentes ao objeto.

5.1.4. O Contrato terá duração inicial de 12 meses consecutivos e ininterruptos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, totalizando 60 meses, conforme Art. 57, Inciso II da lei 8.666/93, analisando a qualidade dos serviços prestados e procedendo-se o reajustamento que garanta a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em condições vantajosas para a Administração.

5.1.5. Não há necessidade de transferência de conhecimento em caso de Transição Contratual, tendo em vista que se trata de atividades técnicas de domínio das empresas do ramo, não sendo necessárias transferências de conhecimentos entre elas, após findado o contrato atual à vista do Termo de Referência.

5.1.6. Apresentação das licenças ambientais expedidas pelo IBAMA para transportar Resíduos Perigosos Classe I e Não Perigosos Classe II (não Inerte Classe IIA e Inerte Classe IIB) ABNT NBR 10004/2004.

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3. As obrigações da CONTRATANTE e CONTRATADA estão previstas neste Termo de Referência nos itens 11 e 12.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. A Contratada deverá adotar os seguintes critérios e práticas de sustentabilidade, mínimos, a seguir:

6.1.1. Deverá atender à Política de Sustentabilidade da Instituição:

6.1.1.1 A empresa contratada é responsável pelo transporte externo e disposição final dos resíduos infectantes discriminados no manifesto de transporte de resíduo emitido a cada coleta no site de Controle de Manifesto de Transporte de Resíduo (<https://mtr.sinir.gov.br>);

a) Manifesto de Transporte de Resíduos - Esse processo será discriminado no manifesto de transporte de resíduos elaborado pela empresa contratada e controlado pela Gestão da Qualidade e Biossegurança da instituição. Este manifesto deve apresentar alguns requisitos: Identificação da Empresa coatora, identificação da Fiocruz Rondônia (empresa geradora), descrição dos resíduos coletados, identificação do veículo utilizado na coleta, dados do motorista do veículo, local e data da coleta. O MTR deve ser impresso, conter a assinatura do gerador e do coletor, além disso, o motorista deve portar uma via do MTR em seu deslocamento até a destinação final do resíduo.

b) Tratamento e Destinação Final - Os resíduos devem ser submetidos a tratamento, utilizando-se processo físico ou outros processos validados, para a redução ou eliminação da carga microbiana compatível com Nível III de Inativação Microbiana de acordo com a RDC 222/2018. A empresa contratada deve emitir uma declaração de tratamento e destinação final dos resíduos coletados. Este documento deve estar de acordo com as exigências da legislação nacional e local de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.

6.1.2. Atender, no que couber, às exigências previstas na IN 01/2010 – SLTI/MPOG.

6.1.3. Responsabilizar-se pelo recolhimento e descarte adequado de todo o material por ela utilizado, durante a execução dos serviços;

6.1.4. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços.

6.1.5. Responsabilizar-se pelo recolhimento e descarte adequado de todo o material por ela utilizado, durante a execução dos serviços.

6.2. Atendimento às leis e normas ambientais, tais como:

a) Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS);

b) Lei nº 6938 de 17/01/1981 Política Nacional do Meio Ambiente;

c) Lei Estadual Nº 1145 de 12/12/2022 Política estadual de resíduos sólidos.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria, acompanhado por servidor designado para esse fim, nas instalações do local de execução dos serviços, de modo que possa avaliar e mensurar todos os fatores envolvidos, como insalubridade, EPI's, equipamentos, veículos, pessoal, rotas etc. O dia e horário para a vistoria será de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 16:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (69) 3219-6000, ou poderá comprovar através da seguinte declaração:

7.1.1. Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, ou caso opte por não a realizar, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Fiocruz conforme Edital.

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.3. A não realização da vistoria, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.4. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar coletores higienizados, plásticos de Polietileno (PE) ou Polipropileno (PP), na cor branca, móvel e tampa na capacidade de 240 litros em regime de comodato no início do contrato que deverão ficar no abrigo de resíduos externo da CONTRATANTE para o acondicionamento dos resíduos conforme quantidade prevista no item 10.2 a serem utilizados no cumprimento do objeto deste Termo de Referência.

8.1.2. A CONTRATADA deverá fornecer bombonas plásticas de Polietileno (PE) ou Polipropileno (PP), com tampa removível e capacidade de 20 litros, quando solicitada pela CONTRATANTE, a serem utilizadas no cumprimento do objeto deste Termo de Referência e que deverão atender as normas e legislações referentes ao transporte terrestre de cargas perigosas. As bombonas deverão ser disponibilizadas semanalmente e/ou conforme a necessidade da CONTRATANTE, a solicitação da bombona será realizada com 7 (sete) dias de antecedência.

8.1.3. A CONTRATADA deverá fornecer barricas de papelão, com tampa removível de capacidade de 20 litros, quando solicitada pela CONTRATANTE, a serem utilizadas no cumprimento do objeto deste Termo de Referência e que deverão atender as normas e legislações referentes ao transporte terrestre de

cargas perigosas. As barricas deverão ser disponibilizadas semanalmente e/ou conforme a necessidade da CONTRATANTE, a solicitação das barricas será realizada com 7 (sete) dias de antecedência.

8.1.4. O valor anual dos serviços são uma estimativa com base no histórico de anos anteriores. Não é possível prever com exatidão a quantidade de resíduo que será descartado devido à sazonalidade própria da Instituição, portanto o valor de pagamento mensal é variável e somente as barricas e bombonas novas entregues e o quilo (Kg) coletado, no caso específico dos resíduos a serem incinerados/autoclavados pela CONTRATADA, serão pagos mensalmente.

8.1.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar no momento da coleta uma balança de piso, eletrônica digital (modelo industrial), pesadora e contadora, com autonomia de energia (não sendo necessário ligar em tomada elétrica), com calibragem aferida e comprovada através de laudo emitido por empresa especializada, para a realização da pesagem dos resíduos (coletores, bombonas e barricas). Este laudo deverá ser apresentado à CONTRATANTE no início do contrato.

8.1.5.1. É necessário apresentar a cada 12 meses laudo emitido por empresas credenciadas junto ao INMETRO, para comprovar que a balança está dentro dos padrões exigidos pela legislação, mas caso o equipamento seja substituído durante esse período será necessário apresentação de novo laudo nos padrões da RBC - Rede Brasileira de Calibrações.

8.1.6. Os coletores, bombonas e barricas da CONTRATADA deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso, sem defeitos estruturais aparentes, apresentar perfeita mobilidade, não apresentar vazamentos ou quaisquer outros problemas que venham a comprometer a saúde e a segurança dos trabalhadores, da população e do meio ambiente.

8.1.6.1. Caso os coletores, bombonas e barricas apresentem imperfeições grosseiras estarão sujeitos à recusa pela Administração.

8.1.7. Deverá realizar a etapa de remoção dos resíduos infectantes dos postos de armazenamento internos e externos, designados pela CONTRATANTE.

8.1.8. Os veículos deverão estar em bom estado de conservação, entendendo-se como tal, não apresentar pontos de corrosão que comprometam sua estrutura, não apresentar vazamentos ou quaisquer outros defeitos que venham a ocasionar prejuízos ao meio ambiente.

8.1.8.1. Caso os veículos apresentem imperfeições grosseiras estarão sujeitos à recusa pela Administração.

8.1.9. Todo o resíduo infectante coletado na Fiocruz Rondônia deve seguir diretamente para a unidade de tratamento térmico a fim de inativar a carga microbiana, utilizando as melhores técnicas disponíveis e de acordo com a legislação em vigor.

8.1.10. Deverá possuir usina de esterilização, autoclave e incineração em perfeito funcionamento, que suportem tratar, no mínimo, a quantidade estimada em quilogramas de resíduos prevista neste Termo.

8.2. COLETA EXTERNA

8.2.1. A CONTRATADA deverá realizar a etapa de remoção dos resíduos infectantes dos postos de armazenamento externos, até a unidade de disposição final, utilizando técnicas e equipamentos que garantam a preservação de acondicionamento e a integridade dos trabalhadores, da população e do meio ambiente, devendo estar de acordo com as orientações dos órgãos de limpeza urbana e com as legislações e normas vigentes.

8.2.2. As coletas e as divisões de coletas dos postos, bem como a frequência e horários de coleta estão discriminados da seguinte forma:

8.2.2.1. Escritório Técnico da Fiocruz Rondônia, localizada na Rua da Beira, nº. 7671, BR 364, Km 3,5, Bairro Lagoa;

8.2.2.2. Centro de Estudos de Biomoléculas Aplicadas à Saúde - CEBio, situado no Campus Unir, Br 364, Km 9,5, Universidade Federal de Rondônia;

8.2.2.3. Centro de Pesquisa em Medicina Tropical - CEPem, situado na Av. Guaporé, s/n, Bairro Lagoa, Porto Velho - RO.

8.2.3. Os horários de coleta são de 8 à 12h e de 13 à 17h podendo ser alterados pela fiscalização do contrato a qualquer momento em função de alterações na rotina interna da Instituição. Caso isso ocorra o fiscal do contrato notificará formalmente a CONTRATADA previamente.

8.3. TRANSPORTE

8.3.1. Para transporte externo, são necessários os seguintes documentos acompanhando o veículo: MTR (Manifesto de Transporte de Resíduos) conforme Portaria nº 280 de 29/06/2020, em acordo com a Lei a Lei 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e a ficha de emergência conforme a NBR-7503:2020 (Emprego da simbologia para transporte, fichas de emergência – padronização).

8.3.2. O serviço de transporte externo deverá seguir o que preconiza a ABNT NBR 13221: 2017 que fixa as diretrizes para o transporte de resíduos, de modo a evitar danos ao meio ambiente e a proteger a saúde pública, dentre outras legislações tais como:

8.3.2.1. A LEI Nº 1145, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2002, que Institui a Política, cria o Sistema de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do Estado de Rondônia, e dá outras providências, a exigência para o transporte de resíduos perigosos é a que segue:

Art. 74. Devem ser utilizadas as instruções para o transporte de cargas perigosas do Decreto Lei Federal nº 96.044, de 1988 e as seguintes Normas da ABNT:

I - NBR 7.500/94-Símbolos de Risco e Manuseio para o Transporte e Armazenamento de Material - Simbologia;

II - NBR 7.501/89-Transporte de Produtos Perigosos - Terminologia;

III - NBR 7.503/96-Ficha de Emergência para o Transporte de Produto Perigoso - Características e Dimensões; e

IV - NBR 7.504/93-Envelope para Transporte de Cargas Perigosas - Dimensões e Utilizações.

8.3.3. A CONTRATADA deverá fornecer veículos higienizados para a coleta dos resíduos infectantes nos *Campi* Fiocruz Rondônia, CEPem e UNIR. Os veículos devem contar com um plano de MANUTENÇÃO (preventiva e corretiva).

8.3.4. Os veículos da CONTRATADA deverão estar em bom estado de conservação, entendendo-se como tal, não apresentar pontos de corrosão que comprometam sua estrutura, não apresentar vazamentos ou quaisquer outros defeitos que venham a comprometer a execução do contrato, bem como a saúde e a segurança dos trabalhadores ou da população e do meio ambiente.

8.4. RESÍDUO DO GRUPO A (Subgrupo A1 e A4) e E

8.4.1. Os resíduos serão armazenados em coletores de 240 litros e a coleta será realizada duas vezes por semana pela CONTRATADA sendo acompanhada, orientada e auxiliada, pela Equipe da Gestão da Qualidade da Fiocruz Rondônia. Esta equipe será responsável por preencher o Formulário de Fiscalização Diária (APÊNDICE IV) durante a coleta e emitir o Manifesto de Resíduos por meio do sistema do IBAMA de acordo com o quantitativo de resíduos coletados. Toda a responsabilidade da realização do serviço de coleta ficará a cargo da empresa CONTRATADA. A remoção destes resíduos poderá ocorrer 2 (duas) vezes por semana de segunda-feira a sexta-feira, nos pontos de coleta externo, será realizado conforme a necessidade, a empresa será previamente notificada.

8.4.2. A CONTRATADA deverá coletar os resíduos do Grupo A e E com veículo conforme especificado no item 8.3 (TRANSPORTE), obedecendo a característica do resíduo. Cabe ressaltar que a coleta poderá ser alterada pela fiscalização do contrato a qualquer momento em função de alterações na rotina interna da Instituição. Caso isso ocorra, a CONTRATADA será previamente notificada. Para os Resíduos do Grupo A – Subgrupo A1, A4 e E, será realizado o pagamento por quilograma (Kg) coletado de resíduos que venham a ser coletados nos pontos de coleta interna e externa.

8.4.2.1. A pesagem e a coleta deverão ser realizadas, exclusivamente pelos funcionários da CONTRATADA, cabendo aos representantes da Administração apenas acompanhar e fiscalizar a execução do serviço. A CONTRATADA deverá disponibilizar no momento da coleta, uma balança, preferencialmente mecânica, com calibragem aferida e comprovada, para a realização da pesagem dos resíduos.

8.4.3. TRATAMENTO

8.4.3.1. Todos os resíduos Grupo A - Subgrupo A1 e A4 (exceção dos Filtros) e E coletados na Fiocruz Rondônia deverão seguir diretamente para a unidade de tratamento térmico da CONTRATADA a fim de Inativar a carga microbiana, utilizando as melhores técnicas disponíveis e de acordo com a legislação em vigor. Os resíduos descritos no parágrafo acima, já coletados pela CONTRATADA, deverão ter o tratamento térmico por AUTOCLAVAGEM. Após serem autoclavados os resíduos deverão seguir diretamente para disposição final ambientalmente adequada, conforme preconiza a RDC 222/2018.

8.4.3.2. A CONTRATADA deverá possuir em sua usina de esterilização, autoclave e incineração em perfeito funcionamento, que suporte tratar, no mínimo, a quantidade estimada de bombonas prevista neste termo. Além disso, deverá manter em seu quadro de pessoal um responsável técnico devidamente qualificado e habilitado nas áreas de meio ambiente, química ou ciências biológicas para operar o equipamento.

8.4.4. DISPOSIÇÃO FINAL

8.4.4.1. A CONTRATADA deverá destinar os Resíduos do Grupo A - Subgrupo A1, A4 e E, tratados em sua unidade de tratamento térmico, em local ambientalmente adequado, a saber, Aterro Sanitário licenciado em consonância com as exigências legais dos órgãos ambientais competentes. Não será permitida a utilização de áreas de transbordos para a disposição dos resíduos, como também que o resíduo pernoite em qualquer outro lugar. É expressamente proibido o reaproveitamento ou a comercialização dos resíduos coletados. O pagamento dos serviços prestados só será realizado mediante comprovação da destinação final pela CONTRATADA através da entrega do Certificado de Destinação Final – CDF.

8.5. RESÍDUO DO GRUPO A (Subgrupo A2)

8.5.1. Subgrupo A2 previamente acondicionados pela CONTRATANTE em sacos vermelhos, tratados termicamente, refrigerados a -20 °C e armazenados, sendo disposto no ato da coleta. A coleta será acompanhada, orientada e auxiliada, durante todo o percurso, pela Equipe da Qualidade da Fiocruz Rondônia. Esta equipe será responsável por preencher os documentos durante a coleta e emitir o Manifesto de Resíduos por meio do sistema do INEA de acordo com o quantitativo de resíduos coletados.

8.5.1.1. A periodicidade dos serviços será conforme a necessidade de descarte dos resíduos das unidades e postos de coleta. A solicitação formal da coleta será efetuada através de correio eletrônico contendo o número de bombonas a serem coletadas.

8.5.1.2. A CONTRATADA deverá coletar os resíduos do Grupo A com veículo conforme especificado no item 8.2 e 8.3 (COLETA EXTERNA E TRANSPORTE, respectivamente), obedecendo a característica do resíduo.

8.5.2. TRATAMENTO

8.5.2.1. Os resíduos do Grupo A – Subgrupo A2 coletados na Fiocruz Rondônia contendo microrganismos. O tratamento térmico utilizado nestes Subgrupos de Resíduos é a INCINERAÇÃO e o serviço deverá ser executado nas instalações da CONTRATADA ou da subcontratada. O incinerador utilizado para o tratamento térmico dos resíduos deverá ter capacidade compatível com o volume gerado pela FIOCRUZ RONDÔNIA e possuir as seguintes características:

a) ter capacidade mínima de incineração de 100 Kg/h;

b) o forno deve atingir a temperatura mínima de queima de 800 °C;

c) possuir um lavador de gases tipo grade líquida a fim de reter eventuais particulados provenientes do processo de incineração.

8.5.3. O tratamento aplicado ao resíduo será de total responsabilidade da CONTRATADA. Periodicamente, esta etapa será acompanhada pelo fiscal do contrato e/ou sua equipe de fiscalização técnica, sendo a visita registrada através de lista de verificação (APÊNDICE I).

8.5.4. As instalações da CONTRATADA ou da subcontratada, bem como a destinação final, devem estar licenciadas pelos órgãos ambientais competentes, em consonância com as exigências legais da resolução Nº. 316 de 29 de outubro de 2002 do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.

8.5.5. O local do tratamento térmico deverá estar localizado no Estado de Rondônia e deverá ter área coberta para o recebimento dos resíduos. Deverá ser fornecido um Certificado de Tratamento Térmico assinado pelo responsável técnico legalmente habilitado da CONTRATADA atestando ter cumprido as condicionantes da licença ambiental cujos dados constarão no referido certificado. Este documento também deverá conter as seguintes informações: local, data, hora, equipamento, identificação do operador, volume do resíduo tratado, número da licença de operação do forno. O modelo de documento terá que ser aprovado pelo fiscal do contrato.

8.5.6. DISPOSIÇÃO FINAL

8.5.6.1. As instalações do local de destinação final, devem estar licenciadas pelos órgãos ambientais competentes, em consonância com as exigências legais dos mesmos e preconizada na Lei Federal Nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. As cinzas decorrentes do tratamento dos resíduos deverão ser armazenadas em local coberto, protegido de intempéries para posterior disposição final em aterro sanitário licenciado. O pagamento dos serviços prestados só será realizado mediante comprovação da destinação final pela CONTRATADA através da entrega do Certificado de Destinação Final – CDF.

8.6. GRUPO B

8.6.1. Tratamento dos resíduos perigosos (Grupo B) Os resíduos serão classificados pela CONTRATANTE e deverão ser aprovados pela CONTRATADA, de acordo com a natureza química de seus componentes (exemplo: orgânicos halogenados e não-halogenados, líquidos e sólidos inorgânicos, resíduos tóxicos, inflamáveis, embalagens e produtos contaminados, medicamentos e produtos vencidos, entre outros), compatibilizados e reembalados, deverão ser INCINERADOS. O serviço deverá ser executado nas instalações da CONTRATADA, as quais devem estar licenciadas pelos órgãos ambientais competentes, em consonância com as exigências legais dos mesmos e com a resolução Nº. 316 de 29 de outubro de 2002 do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.

8.6.1.1. A periodicidade dos serviços será conforme a necessidade de descarte dos resíduos das unidades e postos de coleta. A solicitação formal da coleta será efetuada através de correio eletrônico contendo o número de bombonas a serem coletadas.

8.6.1.2. A CONTRATADA deverá coletar os resíduos do Grupo B com veículo conforme especificado no item 8.2 e 8.3 (COLETA EXTERNA E TRANSPORTE, respectivamente), obedecendo a característica do resíduo.

8.6.2. TRATAMENTO

8.6.2.1. Os resíduos do Grupo B coletados na Fiocruz Rondônia. O tratamento térmico utilizado nestes Subgrupos de Resíduos é a INCINERAÇÃO e o serviço deverá ser executado nas instalações da CONTRATADA ou da subcontratada. O incinerador utilizado para o tratamento térmico dos resíduos deverá ter capacidade compatível com o volume gerado pela FIOCRUZ RONDÔNIA e possuir as mesmas características do item 8.5.2.

8.6.3. DISPOSIÇÃO FINAL

8.6.3.1. As disposições finais relacionada ao Grupo B devem seguir a mesma dinâmica do item 8.5.6.1.

8.7. MOTORISTAS

8.7.1. Os motoristas dos veículos de resíduos deverão possuir Carteira Nacional de Habilitação na categoria correspondente ao veículo e ao tipo de serviço a ser executado, além de atender as normas e legislações referentes ao transporte terrestre de cargas perigosas, sob responsabilidade da CONTRATADA, quando couber.

8.7.2. Os motoristas deverão apresentar-se adequadamente uniformizados com traje mínimo (calça comprida, camisa ou camiseta com mangas curta ou comprida, calçados fechados) e identificados conforme requisitos da ABNT NBR 9735, cujo fornecimento será de responsabilidade da CONTRATADA.

8.7.3. Deverá haver EPI's disponíveis para o motorista, em caso de acidentes ou emergências ambientais, adequados ao risco dos resíduos transportados, conforme requisitos da ABNT NBR 12810:2016 e NR-6, sob responsabilidade da CONTRATADA.

8.7.4. Deverão cooperar com a logística de coleta desenvolvida pela Equipe de Gestão de Qualidade da Fiocruz Rondônia, bem como, assinar manifestos e outros comprovantes da realização da coleta. O motorista NÃO poderá executar e tampouco auxiliar o manejo dos resíduos.

8.8. AJUDANTES

8.8.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar, impreterivelmente, no mínimo 02 (dois) ajudantes.

8.8.2. Deverão apresentar-se adequadamente uniformizados com traje mínimo (calça comprida, camisa ou camiseta com mangas curta ou comprida, calçados fechados) e identificados conforme requisitos da ABNT NBR 9735, cujo fornecimento será de responsabilidade da CONTRATADA.

8.8.3. Deverão ser devidamente qualificados e treinados para a função a desempenhar, com ênfase em manejo de resíduos sólidos de serviços de saúde, sob responsabilidade da CONTRATADA.

8.8.4. Deverá haver EPI's disponíveis para os ajudantes, em caso de acidentes ou emergências ambientais, adequados ao risco dos resíduos transportados, conforme requisitos da ABNT NBR 12810:2016 e NR-6, sob responsabilidade da CONTRATADA.

8.8.5 A CONTRATADA deverá apresentar comprovação de treinamento destes profissionais sempre que solicitado pela fiscalização do contrato.

8.9. MANUTENÇÃO

8.9.1. A CONTRATADA se compromete a realizar a manutenção dos veículos, tanto em caráter preventivo quanto corretivo. Também deverá fornecer e instalar peças de reposição, assegurando ainda a substituição por outros veículos de iguais características em caso de necessidade de troca.

8.9.3. O abastecimento de combustível do veículo coletor será de inteira responsabilidade da CONTRATADA. Obrigatoriamente ele deverá estar plenamente abastecido no ato da coleta, evitando-se que haja interrupções por falta de combustível durante o percurso da retirada dos resíduos de seus locais de geração até o destino.

8.10. A execução dos serviços será iniciada após a assinatura do contrato e conforme data estipulada na cláusula "Vigência do Contrato".

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar coletores de 240 litros em regime de comodato, bombonas reutilizadas de 20 litros e barricas de papelão nas quantidades estimadas, e conforme descrito neste Termo de Referência.

9.1.1. A CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos, em condições de uso adequadas, necessários à perfeita realização do serviço.

9.1.2. A qualquer momento, poderá o fiscal do contrato questionar a qualidade dos materiais exigindo a sua imediata substituição, caso seja necessário.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1. O serviço de coleta será executado proporcionalmente à geração de resíduos. Dessa forma, somente o serviço que for efetivamente prestado será pago mediante apresentação de Ordem de Serviço, conforme Apêndice V, devidamente preenchida e assinada.

10.1.2. O quantitativo de coletores para acondicionamento externo dos resíduos, bombonas, barricas e peso (Kg) foram dimensionados de acordo com as necessidades da Fiocruz na ocasião da elaboração deste Termo de Referência, conforme Planilha de Custos - Apêndice VI. Sendo assim, poderá sofrer alteração no decorrer do contrato, tanto para mais quanto para menos, dependendo das necessidades futuras da CONTRATANTE e nos percentuais previstos no art. 65 § 1º da lei 8.666/93.

10.1.3. A CONTRATADA deverá apresentar sua proposta com cotação discriminada, conforme Planilha de Custos - Apêndice VI, com o valor unitário de cada produto ou serviço. Ressalta-se que a cotação deverá seguir a ordem constante da planilha. Os quantitativos discriminados na Planilha de Custos são números estimados de serviços a serem executados que visam chegar ao valor global das propostas que classificará as participantes, entretanto, somente os serviços efetivamente executados pela CONTRATADA serão pagos mensalmente.

10.1.4. A CONTRATADA deverá garantir a habilitação, capacitações e treinamentos necessários aos profissionais para que realizem as atividades às quais foram designados, bem como promover cursos de reciclagem/atualização dos profissionais anualmente. A listagem de participação dos colaboradores da CONTRATADA sobre o curso/treinamento (conteúdo programático, carga horária, período, Instituição, endereço onde serão realizados, assinatura de presença etc.) deverá ser encaminhada à equipe de fiscalização do contrato para ciência. A CONTRATANTE reserva-se o direito de indicar, com base na experiência adquirida com a fiscalização da prestação dos serviços, a realização de cursos específicos ou treinamentos, objetivando o aprimoramento das atividades.

10.1.5. O abastecimento e a manutenção dos veículos e equipamentos ficarão, exclusivamente, a cargo da CONTRATADA, sendo que em caso de paralisações, a CONTRATADA deverá substituí-los imediatamente.

10.1.6. Todas as taxas, seguros, impostos, multas, cursos, capacitações, treinamentos entre outros, são de responsabilidade da CONTRATADA.

10.1.7. O procedimento de higienização realizado pela CONTRATADA deverá atender ao item 8.3.3 deste Termo de Referência.

10.1.8. Deverão ser previstos os custos de despesas administrativas operacionais com a mobilização de distribuição dos coletores de 240L nos pontos de coletas externos nos *Campi* para o fiel cumprimento do contrato.

10.1.9. As normas aqui previstas, bem como suas atualizações, revisões, normas complementares ou normas substitutas que entrem em vigor durante o período da prestação do serviço deverão ser seguidas pela CONTRATADA por todo o período de vigência do contrato.

10.2. Diante do exposto, os equipamentos foram distribuídos, conforme tabelas abaixo:

- Quadro 1 – Estimativa de Resíduos.

Item	Local	Descrição	Unidade	Quantidade Total
1	Fiocruz Rondônia	Resíduos "A" e "E"	Quilograma	800
		Filtro de ar e gases aspirantes de áreas contaminadas	Quilograma	500
		Resíduos perigosos grupo "B"	Quilograma	300
		TOTAL		1.600
2	Cepem	Resíduos "A" e "E"	Quilograma	600
		Filtro de ar e gases aspirantes de áreas contaminadas	Quilograma	350
		Resíduos perigosos grupo "B"	Quilograma	250
		TOTAL		1.200

3	CEBio	Resíduos "A" e "E"	Quilograma	600
		Filtro de ar e gases aspirantes de áreas contaminadas	Quilograma	350
		Resíduos perigosos grupo "B"	Quilograma	250
		TOTAL		1.200
TOTAL GLOBAL ESTIMADO				4.000

- Quadro 2 – Estimativa de Coletores na cor branca (móvel de duas rodas) de 240L para armazenamento de Resíduo Infectante (para tratamento por autoclavagem).

Local	Coletor 240L (comodato) Resíduos a AUTOCLAVAÇÃO	Resíduo	Quantidade de Coletores Anual
Fiocruz Rondônia	Coletor móvel na cor branca 240 L	Infectante A1, A2, A4	8
Cepem	Coletor móvel na cor branca 240 L	Infectante A1, A2, A4	1
CEBio	Coletor móvel na cor branca 240 L	Infectante A1, A2, A4	1
TOTAL			10

- Quadro 3 – Estimativa de Bombonas de 20L e Barrica de Papelão para armazenamento Resíduo Grupo B (para tratamento por incineração).

Local	Barrica e Bombona (Reutilizadas) para INCINERAÇÃO	Resíduo	Quantidade de Bombonas e Barricas Anual
Fiocruz Rondônia	Bombona 20L	Grupo B	12
	Barrica de Papelão		40
Cepem	Bombona 20L	Grupo B	3
	Barrica de Papelão		23
CEBio	Bombona 20L	Grupo B	3
	Barrica de Papelão		13
TOTAL			94

- Quadro 4 – Estimativa de Bombonas de 20L e/ou descarpack para armazenamento Resíduo Grupo E (para tratamento por incineração)

Local	BOMBONAS Reutilizadas para INCINERAÇÃO	Resíduo	Quantidade de Bombonas e Barricas Anual
Fiocruz Rondônia	Bombonas de 20L e/ou descarpack	Grupo E	40
Cepem	Bombonas de 20L e/ou descarpack	Grupo E	23
CEBio	Bombonas de 20L e/ou descarpack	Grupo E	13
TOTAL			76

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.22. Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratada no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006.

- 12.23. Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade CONTRATANTE, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.
- 12.24. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.
- 12.25. Atender a qualquer chamado de emergência/urgência, para remoção dos resíduos do Grupo A, B e E, no prazo máximo de 24 horas desde o momento que foi acionada.
- 12.26. Realizar a coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde de acordo com as resoluções, normas e especificações da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e outros órgãos fiscalizadores competentes.
- 12.27. Substituir, sempre que exigido pela Fiocruz, independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da Fiocruz ou ao interesse do serviço público.
- 12.28. A CONTRATADA deverá emitir o laudo comprobatório (Certificado) de destinação final de resíduos de serviço de saúde até o 90º dia após o recebimento do resíduo, aprovada pela Resolução CONEMA 79 de 07 de março de 2018.
- 12.29. A comprovação da execução dos serviços e liberação para faturamento está condicionada à emissão do Certificado de Destinação Final dos resíduos.
- 12.30. Os EPI's e EPC's necessários aos trabalhadores que irão prestar serviço devem ser fornecidos pela CONTRATADA conforme as atividades descritas neste TR e de acordo com a legislação vigente, Norma Regulamentadora nº 6, do Ministério do Trabalho, Norma Brasileira 9735/2016, da ABNT e Resolução ANTT 5232/2016, garantindo-lhes sua segurança, além de providenciar o rigoroso treinamento de seus profissionais na execução dos serviços a serem desenvolvidos e seus aspectos de riscos.
- 12.31. Os uniformes a serem fornecidos pela CONTRATADA a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão CONTRATANTE. Os funcionários da empresa devem apresentar-se a Fiocruz devidamente uniformizados, devendo seus uniformes permitirem, de modo indelével, a identificação da empresa.
- 12.32. É obrigatório o uso de crachá para identificação e deverá ser fornecido pela CONTRATADA, sendo substituído em caso de qualquer defeito, não podendo, em hipótese alguma, o funcionário exercer suas atividades sem a devida identificação.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto apenas no serviço de INCINERAÇÃO, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:
- 13.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação;
- 13.1.2. Considerando, estritamente, que é restrita a quantidade de empresas que prestam o serviço de incineração no Estado de Rondônia, admitir-se-á, em caráter extraordinário e com a devida justificativa e a autorização da Administração, a subcontratação para a execução deste serviço apenas.
- 13.2. A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 13.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 13.3.1 A empresa CONTRATADA se comprometerá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade CONTRATANTE, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.
- 13.4 A licitante vencedora deverá subcontratar Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538, de 2015, nos limites do item 13.1, atendidas as disposições dos subitens acima, bem como as seguintes regras:
- 13.4.1 As microempresas e as empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão ser indicadas e qualificadas pelos licitantes no momento da apresentação das propostas, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;
- 13.4.2 No momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, será apresentada a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;
- 13.4.3 A empresa contratada se comprometerá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;
- 13.4.4 A empresa contratada será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.
- 13.4.5. A exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:
- 13.4.5.1. Microempresa ou empresa de pequeno porte;
- 13.4.5.2. Consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no art. 33 da Lei nº 8.666, de 1993; e
- 13.4.5.3. Consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.
- 13.4.6. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.
- 13.4.7. São vedadas:
- 13.4.7.1. a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que estejam participando da licitação; e
- 13.4.7.2. a subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratante.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
- 14.2. É admissível alteração qualitativa ou de especificação quanto aos itens da contratação motivada por necessidade superveniente verificada pela CONTRATANTE, desde que sejam observadas pela mesma as cláusulas e condições do contrato e não haja prejuízo à execução do objeto pactuado.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada deles, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.6. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Apêndice II, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA: a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto/responsável técnico da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada

15.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.16. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.17. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

15.17.1. A logística dos serviços será estabelecida pelo fiscal do contrato ou equipe de fiscalização indicada por ele. O planejamento das atividades será entregue aos Técnicos das áreas que serão atendidas pelos serviços, que deverão ajustar a execução junto aos operadores e motoristas, de forma a cumprirem todas as determinações expedidas.

15.17.2. Todas as rotinas poderão ser alteradas, excepcionalmente, de acordo com as necessidades e aviso prévio, por parte da Administração através do fiscal do contrato.

15.17.3. O avaliador da execução do serviço será o fiscal do contrato.

15.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no APÊNDICE II, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

16.2.1. A prestação do serviço será aceita e a qualidade avaliada mensalmente por Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Apêndice II, o qual poderá ser descontado da empresa Contratada a alíquota de até 5% do valor líquido, pelo não alcance das metas pré-estabelecidas, chegando assim a um valor final de fatura a liberar.

16.2.2. A CONTRATADA será avaliada por meio do resultado das avaliações da qualidade do serviço prestado através das inforções do APÊNDICE I e IV.

16.2.3. A empresa Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela fiscalização do contrato, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

16.2.4. A fiscalização do contrato irá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços executados, intervindo para corrigir ou aplicar sanções quando verificado desconformidade contínua da prestação do serviço à qualidade exigida.

16.2.5. A Contratada deverá manter registros, controles e informações das adequações de pagamento (descontos) realizadas em sua fatura mensal pelo não atendimento das metas estabelecidas, divulgando a fiscalização do contrato as medidas tomadas para corrigir as inconformidades encontradas nas unidades atendidas.

16.2.6. Apesar da possibilidade de adequação ao pagamento (descontos) na fatura mensal pelo não alcance das metas pré-estabelecidas, a contratualização do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) não exclui a possibilidade de aplicação de sanções legais conforme previsto em contrato.

16.2.7. Objetivando a qualidade dos serviços, a CONTRATADA deverá estabelecer procedimentos e condições que permitam a melhoria contínua dos serviços prestados;

16.2.8. O modelo de relatório utilizado para avaliação do Instrumento de Medição de Resultado na unidade Fiocruz poderá ser atualizado, revisto e sofrer adequações dos serviços quando necessário, sendo uma decisão conjunta entre a CONTRATADA e CONTRATANTE durante a execução contratual;

16.2.9. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que será aceita ou não pela FISCALIZAÇÃO do contrato, desde que comprovada à excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

16.2.10. A comunicação entre a fiscalização do contrato e a contratada será através de representante designado pela contratada, o qual deverá atender todas as demandas administrativas e operacionais da prestação do serviço;

16.2.11. A CONTRATADA, após notificação e ciência das não conformidades encontradas, deverá estipular prazo em comum acordo com a FISCALIZAÇÃO do contrato para solucionar as falhas apontadas pela unidade.

16.2.12. A Gestão do Contrato será exercida pelo Fiscal do Contrato, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2.13. A comunicação entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE se dará diretamente entre o responsável técnico ou preposto designado (que deverá pertencer ao quadro permanente da CONTRATADA) e o fiscal do contrato e sua equipe de fiscalização técnica, além da utilização de mecanismos como troca de *e-mails* e comunicações telefônicas em geral. Será estabelecida reunião de partida no primeiro dia da vigência contratual no Escritório Técnico da Fiocruz Rondônia, às 10 horas.

16.2.14. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela Fiscalização, durante todo o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário. Este será indicado mediante declaração constando o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

16.2.15. O responsável técnico ou preposto, uma vez indicado pela empresa e aceito pela Administração Pública, deverá apresentar-se à unidade fiscalizadora, no dia da reunião de partida, para firmar, juntamente com o servidor designado para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências destinado ao assentamento das principais ocorrências durante a execução do contrato, bem como para tratar dos demais assuntos pertinentes à execução do contrato relativos à sua competência.

16.2.16. A CONTRATADA orientará o seu responsável técnico ou preposto quanto a necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, de Segurança e Medicina do Trabalho.

16.2.17. O responsável técnico ou preposto indicado deverá possuir conhecimento e formação técnica relativa ao serviço para facilitar a comunicação e o trâmite de informações documentais, bem como representar a CONTRATADA perante a CONTRATANTE.

16.2.18. O fiscal do contrato utilizará como forma de aferição/medição dos serviços para efeito de pagamento, a consolidação mensal dos resultados do controle da qualidade dos serviços prestados conforme Relatório Definitivo da Execução dos Serviços discriminado no (APÊNDICE III) deste Termo de Referência, apontando para a CONTRATADA os indicadores de não conformidade verificados no período e informando os valores a serem faturados com base na Avaliação da Qualidade do Serviço.

16.2.19. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) define e padroniza a avaliação de desempenho e qualidade da CONTRATADA na execução do objeto. Esta ferramenta estabelece as bases para manter e melhorar a qualidade dos serviços através de um ciclo constante de acordos, monitoramentos e relatórios. Além disso, indica as principais irregularidades/impropriedades pertinentes à prestação dos serviços não exaurindo as possibilidades de serem aplicadas à CONTRATADA as sanções previstas neste instrumento e as punições previstas em contrato e na Legislação correlata, garantido seu direito à ampla defesa e ao exercício do contraditório.

16.2.20. A avaliação por Instrumento de Medição de Resultado (IMR), realizadas pela fiscalização do contrato, poderá descontar mensalmente da empresa CONTRATADA as alíquotas descritas no (APÊNDICE II) do valor total da fatura pelo não alcance das metas pré-estabelecidas na execução do serviço.

16.2.21. Após a comunicação da fiscalização através do Relatório Provisório, descritas no (APÊNDICE IV), a CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que será aceita ou não pela FISCALIZAÇÃO do contrato, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante, exclusivamente, de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

16.2.22. O modelo de formulário utilizado para avaliação do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) nas dependências da Fiocruz poderá ser atualizado, revisto ou sofrer adequações quando necessário, sendo uma decisão conjunta entre a CONTRATADA e CONTRATANTE durante a execução contratual.

16.2.23. O pagamento dos serviços será realizado por quilograma – Kg recolhido do Grupo A (Subgrupo A1, A2 e A4), Grupo B e Grupo E e quantidade de barricas e bombonas entregues.

16.2.24. A CONTRATADA emitirá a nota fiscal, somente após o recebimento do Relatório Definitivo da Execução dos Serviços enviado pela CONTRATANTE, no mês subsequente ao mês em que foi realizado serviço.

16.2.25. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços, através do (APÊNDICE II), para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

16.2.26. Em hipótese alguma será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.2.27. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, deverão ser aplicadas sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

16.2.28. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3. Os serviços deverão ser fiscalizados com base nos parâmetros mínimos estabelecidos:

16.3.1. Relatório de Medição de Serviço Mensal - mensalmente a CONTRATADA deverá emitir relatório de controle com a quantidade mensal coletada para conferência e aprovação pela fiscalização ou Gestão do contrato;

16.3.2. Acompanhamento das fases do serviço, no que se refere à execução e manutenção, de modo a assegurar plena aplicação das especificações constantes deste Termo de Referência;

16.3.3. A CONTRATANTE realizará registro fotográfico, sempre que achar conveniente, das etapas de campo;

16.3.4. A CONTRATANTE deverá, ao longo do mês, dar ciência para demais providências à CONTRATADA, através de *e-mail* ou outra forma de comunicação escrita, caso haja ocorrências. Ao final, elas serão consolidadas no Relatório Provisório.

16.4. A CONTRATADA, após notificação e ciência das não conformidades encontradas, deverá estipular prazo em comum acordo com a fiscalização do contrato para solucionar as falhas apontadas.

16.5. Objetivando a qualidade dos serviços, a CONTRATANTE poderá estabelecer e/ou atualizar procedimentos e condições que permitam a melhoria contínua dos serviços prestados, desde que não influenciem diretamente no valor do contrato.

16.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e Responsável Técnico indicado, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no (APÊNDICE II).

16.8. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.8.1. não produziu os resultados acordados;

16.8.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.8.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

17.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

17.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Fiscal do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

18.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 18.5.1. o prazo de validade;
- 18.5.2. a data da emissão;
- 18.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 18.5.4. o período de prestação dos serviços;
- 18.5.5. o valor a pagar; e
- 18.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Apêndice XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

19. REAJUSTE

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

20.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

20.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

20.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

20.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

20.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

20.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

20.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

20.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

20.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

20.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

20.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

20.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

20.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

20.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

20.10. Será considerada extinta a garantia:

20.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

20.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

20.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

20.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

b) ensejar o retardamento da execução do objeto;

c) fraudar na execução do contrato;

d) comportar-se de modo inidôneo; ou

e) cometer fraude fiscal.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

II) **Multa de:**

(1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

(4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

(5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

(6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

III) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

V) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "IV" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

21.4. As sanções previstas nos subitens “I”, “III”, “IV” e “V” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (Trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.15. Nas licitações na modalidade pregão realizadas no âmbito da Fiocruz é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para a aplicação das respectivas sanções, quando da ocorrência das condutas a seguir relacionadas:

21.15.1. Não assinar o contrato/ata de registro de preços ou não aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

21.15.1.1. Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF pelo período de 4 (quatro) meses;

21.15.2. Deixar de entregar documentação exigida para o certame:

21.15.2.1. Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

21.15.3. Fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa:

21.15.3.1. Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;

21.15.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto:

21.15.4.1. Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 4 (quatro) meses;

21.15.5. Não manter a proposta:

21.15.5.1. Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 4 (quatro) meses;

21.15.6. Falhar na execução do contrato:

21.15.6.1. Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;

21.15.7. Fraudar na execução do contrato:

21.15.7.1. Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 30 (trinta) meses;

21.15.8. Comportar-se de modo inidôneo:

21.15.8.1. Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 24 (vinte e quatro) meses; e

21.15.9. Cometer fraude Fiscal:

21.15.9.1. Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 40 (quarenta) meses;

21.15.10. AGRAVANTES:

21.15.10.1. As sanções previstas no item 21.15 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, em decorrência do seguinte:

21.15.10.2. Quando restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores- SICAF de penalidade aplicada no âmbito da Fiocruz, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

21.15.10.3. Quando restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

21.15.10.4. Quando restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

21.15.10.5. As penas previstas nos subitens 21.15.1, 21.15.2, 21.15.4 e 21.15.5 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência do previsto no item 3.0 da Portaria nº 150/2019 – Cogead/Fiocruz, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes.

21.15.11. ATENUANTES

21.15.11.1. A conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado;

21.15.11.2. A conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

21.15.11.3. A conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que evidenciado equívoco em seu encaminhamento e a ausência de dolo.

21.15.11.4. A penalidade a que se refere ao subitem 21.15.2 será afastada quando a entrega da documentação ocorrer fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízos à Administração, observando-se ainda, cumulativamente, que:

21.15.11.4.1. A documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;

21.15.11.4.2. O eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;

21.15.11.4.3. Não tenha ocorrido nenhuma hipótese de agravantes prevista no item 5.0 da Portaria nº 150/2019 – Cogead/Fiocruz; e

21.15.11.4.4. O licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em razão do qual será aplicada a penalidade.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

22.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

22.3.1. CERTIFICADOS

22.3.1.1 Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais de acordo com Instrução Normativa IBAMA n.º 31, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2009.

22.3.1.2 Certificado de Condutores de Veículos de Transporte de Produtos Perigosos, através do curso MOPP.

22.3.2. ATESTADOS

22.3.2.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação. A licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica em nome da empresa licitante, comprovando o desempenho na PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO DE COLETA EXTERNA, TRANSPORTE EXTERNO, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DO GRUPO A (SUBGRUPO A1,

A2 e A4), Resíduos perigosos (Grupo B) e GRUPO E (PERFUROCORTANTE), segundo a RDC nº 222/2018 da ANVISA, em conformidades com o Termo de Referência, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

22.3.2.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente, nos termos do subitem 10.3, alínea “b”, do Anexo VII-A da IN MPOG nº 05/2017;

22.3.2.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, nos termos do subitem 10.8 do Anexo VII-A da IN MPOG nº 05/2017.

22.3.2.4. Para a comprovação da experiência mínima de 1 (um) ano, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, nos termos do subitem 10.7, do Anexo VII-A da IN MPOG nº 05/2017.

22.3.2.5. Para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, serão aceitos diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, a fim de equivaler a uma única contratação, nos termos do subitem 10.9, do Anexo VII-A da IN MPOG nº 05/2017.

22.3.2.6. O Licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, entregando dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços, nos termos do subitem 10.10 do Anexo VII-A da IN MPOG nº 05/2017.

22.3.2.7. No mínimo 01 (um) Atestado Profissional de Capacidade Técnica, devidamente registrado no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), CRQ (Conselho Regional de Química) ou CRBio (Conselho Regional de Biologia), acompanhado da respectiva CAT (Certidão de Acervo Técnico) – nesse caso, será admitida a apresentação de atestados em nome de profissionais responsáveis técnicos ou integrantes do quadro técnico da empresa licitante, em conformidade com o disposto na Resolução 1.025/2009 do CONFEA – fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, e que comprove a execução, referente a prestação de serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto deste Termo de Referência, contemplando ao menos os seguintes dados, conforme lei 8.666/1993:

22.3.2.7.1. Que comprove que a LICITANTE tenha prestado, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto ora licitado, ou seja, que contemple no mínimo o quantitativo de 50% do estimado na Planilha de Custo deste Termo de Referência.

22.3.2.7.2. Será aceito o somatório de atestados para comprovação da capacidade técnica da LICITANTE, desde que estes, no conjunto, comprovem a execução dos serviços especificados.

22.3.2.8. Registro da empresa e de seus responsáveis técnicos no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), CRQ (Conselho Regional de Química) ou CRBio (Conselho Regional de Biologia), na jurisdição da sua sede, demonstrando possuir biólogo ou engenheiro ambiental/químico/sanitarista em seu quadro técnico, conforme Lei nº 8.666 Art. 30 inciso I;

22.3.2.9. Cópia do Registro de Responsabilidade Técnica do responsável pelo funcionamento do sistema de tratamento térmico da usina da CONTRATADA, devidamente habilitado no órgão profissional competente (ART), de acordo com a resolução CONAMA nº 306/2002;

22.3.2.10. Os Responsáveis Técnicos (RT) e/ou membros da equipe técnica deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta.

22.3.2.11. Entende-se, para fins deste TR, como pertencente ao quadro técnico da licitante o Sócio; Diretor; Empregado; responsável técnico; profissional contratado;

22.3.2.12. A comprovação de vinculação dos profissionais deverá atender aos seguintes requisitos:

22.3.2.12.1. Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente;

22.3.2.12.2. Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

22.3.2.12.3. Empregado: cópia atualizada da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou Contrato de Trabalho em vigor.

22.3.2.12.4. Responsável Técnico: cópia da Certidão expedida pelo CREA, CRQ ou CRBio do Estado de Rondônia, onde consta o registro do profissional como RT, ou a apresentação de um dos seguintes documentos: a) Ficha de registro do empregado - RE, devidamente registrada no Ministério do Trabalho; ou b) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, em nome do profissional; ou c) Contrato Social ou último aditivo se houver; ou d) Declaração de contratação futura do profissional detentor do(s) Atestado(s) apresentado(s).

22.3.2.12.5. Profissional Contratado: contrato de prestação de serviço com ou sem vínculo empregatício.

22.3.2.13. Os integrantes da Equipe Técnica deverão ser obrigatoriamente os profissionais que efetivamente irão executar e assumir a responsabilidade técnica pelos serviços para os quais foram indicados.

22.3.2.14. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata o subitem anterior poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993.

22.3.2.15. Somente será admitida a substituição de qualquer profissional, cujos Atestados tenham contribuído para a classificação da licitante, por outro com acervo técnico equivalente ou superior ao apresentado na licitação para o profissional a ser substituído.

22.3.2.16. A proposta de substituição de profissional deverá ser feita por escrito, devidamente fundamentada, e incluirá a indicação do novo profissional com a comprovação de seu acervo técnico, acompanhada da baixa da ART ou RRT do profissional que está sendo substituído.

22.3.2.17. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser apreciada e aprovada pela Fiscalização. Salvo por caso fortuito ou força maior, a eventual substituição de profissional não poderá, em nenhuma hipótese, ser alegada como motivo para a alteração de quaisquer das condições contratuais, particularmente dos prazos.

22.3.3 LICENÇAS

22.3.3.1. Cópia da Licença de Operação dos serviços de coleta, transporte e tratamento de Resíduos Grupo A e Grupo E, dos serviços de coleta e transporte de resíduos de acordo com a Resolução CONAMA 358/2005 e a RESOLUÇÃO RDC ANVISA 222/2018.

22.3.3.2. Apresentar Licença de Operação para a atividade de incineração de resíduos de serviço de saúde e sua destinação final, emitida pelo Instituto Estadual do Ambiente INEA da empresa subcontratada, se for o caso.

22.3.3.3. A Licença de Operação emitida por órgão competente deve estar válida sem condicionantes a cumprir. Caso ela tenha sido emitida a título precário, com condicionantes de validade exarados na própria, a CONTRATADA deverá apresentar cópia de publicação em D.O (Diário Oficial) da baixa de condicionantes feita pelo órgão competente responsável pela emissão do documento, atestando assim o cumprimento das exigências que impliquem na validação definitiva da referida licença.

22.3.3.4. Caso a licença de operação esteja vencida e venha a ser apresentado o protocolo de renovação requerido ao órgão competente com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, a empresa deverá apresentar uma declaração do órgão atestando que o processo se encontra ainda em análise.

22.3.3.4.1. Esta declaração do órgão deve estar atualizada ao ano em que ocorre o processo licitatório.

22.4 O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

22.5 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

23.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 67.886,80.

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

24.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- Projeto: 0032.2000.566 .00007 - Contratação de Serviço de Coleta e Transporte de Resíduos Infectantes em Rondônia
- Iniciativa: 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo
- Ação Orçamentária: 2000 - Administração da Unidade-Custeio
- Finalidade: 566 - Manutenção da infraestrutura da Fiocruz
- Programa de Trabalho: 101.220.032.2000.0033
- Fonte de Recurso: 06151000000
- Elemento de Despesa: 339039 - Outros Serv. de Terceiro-Pessoa Jurídica
- Subelemento: 339039.75

Porto Velho, RO, 13 de outubro de 2022.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

Apêndice:

- I – Estudo Técnico Preliminar;
- II – Lista de Verificação do Tratamento por Incineração;
- III – Instrumento de Medição de Resultado (IMR);
- VI – Relatório Definitivo;
- V – Formulário de Fiscalização Diário;
- VI – Ordem de Serviço;
- VII – Planilha de Custos.

APÊNDICE I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**1. Informações Básicas**

Número do processo: 25380.002867/2022-17

2. Descrição da necessidade

A Fundação Oswaldo Cruz, vinculada ao Ministério da Saúde, em seu Escritório Técnico da Fiocruz Rondônia, desenvolve várias atividades que incluem o desenvolvimento de pesquisas, ensino, informação e comunicação em saúde. Atualmente o Escritório está estruturado da seguinte forma: Centro de Estudos de Biomoléculas Aplicadas à Saúde; Laboratório de Biotecnologia de Proteínas e Compostos Bioativos; Imunofarmacologia; Bioinformática e Bioestatística; Biotecnologia Aplicada à Saúde; Engenharia de Anticorpos; Entomologia; Epidemiologia Genética; Imunologia Celular Aplicada à Saúde, Microbiologia; Virologia; Plataforma de Citometria e Real Time PCR; Plataforma de Biologia Molecular; Plataforma de Bioensaios em Malária e Leishmanioses; Plataforma de Criação e Experimentação Animal e Ambulatório Especializado em Hepatites Virais de Rondônia.

As atividades descritas anteriormente geram resíduos do GRUPO A (SUBGRUPO A1, A2, A4), GRUPO B e GRUPO E (PERFUCORTANTE) e por possuírem risco biológico, precisam ser tratados e destinados adequadamente a fim de proteger tanto a saúde pública quanto o meio ambiente.

O Setor de Gestão da Qualidade é responsável pela gestão ambiental no Campus Rondônia, Cepem e CEBio e tem como uma de suas atribuições o gerenciamento dos resíduos gerados oriundos de todas as atividades desenvolvidas na Instituição e que imperiosamente precisa cumprir as regulamentações sanitárias e ambientais vigentes nas esferas Municipal, Estadual e Federal.

Desta forma, faz-se necessária a Contratação de Empresa Terceirizada Especializada na Prestação de Serviços Contínuo de Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final dos Resíduos dos Serviços de Saúde dos Grupos “A”, “B” e “E. O risco de infecções e as atuais exigências ambientais para o gerenciamento de resíduos justifica que a contratação de serviço seja de natureza contínua sob a forma de execução indireta.

Cumprir observar que, na falta da prestação deste serviço por negligência da Administração, algumas perguntas devem ser respondidas: Quem irá se responsabilizar pelo acúmulo dos resíduos gerados e não tratados? Quem será responsabilizado em casos de acidentes ou mortes de pacientes devido a riscos de epidemias e contaminações por falta da coleta, transporte e tratamento destes resíduos?

A presente necessidade deve ser tratada de forma continuada pela sua essencialidade, pois visam atender de forma contínua e permanente, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas da instituição, de forma que sua interrupção comprometa a prestação de serviços públicos ou o cumprimento da missão institucional.

3. Área requisitante

Escritório Técnico da Fiocruz Rondônia - Robnei Roni Stefanos

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- A solução adotada deverá atender às normas de sustentabilidade ambiental e aplicar as práticas de responsabilidade socioambiental, com vistas ao menor impacto ambiental para contratação;
- A solução adotada deverá obedecer aos aspectos normativos, cumprir as normas técnicas e legislações vigentes pertinentes às atividades; A escolha da melhor solução visa oportunizar a consonância com o que pregam as Políticas Ambientais prezando por um ambiente saudável para a atual e as futuras gerações;
- A escolha da melhor solução deverá otimizar a funcionalidade e adequação das atividades ao interesse público;
- A solução adotada deverá atender as normas de biossegurança em vigor;

- A solução adotada deverá ser capaz de assimilar e pôr em prática rapidamente novas tecnologias empregadas no mercado;
- A escolha da melhor solução deverá utilizar as normas técnicas, de saúde e de segurança do trabalho vigentes.

5. Levantamento de Mercado

Trata-se de prestação de serviço comum. No âmbito da administração Pública Federal, diversos órgãos fazem contratação de empresa para a prestação dos serviços, onde predominam dois principais tipos de soluções, conforme descrito abaixo:

Solução 1: Contratação de Empresa Terceirizada Especializada na Prestação de Serviços Contínuo de Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final dos Resíduos dos Serviços de Saúde dos Grupos “A”, “B” e “E com fornecimento de insumos (bombonas) incluso, sem dedicação exclusiva de mão de obra.

Este tipo de contratação de empresa terceirizada especializada na prestação de serviços, engloba juntamente com a mão de obra contratada, o fornecimento de insumos (bombonas) inerentes à execução dos serviços. Além disso, a metodologia de apuração dos valores da remuneração da contratada é por kg coletado mais os insumos fornecidos.

Este modelo, já difundido e recomendado na IN SLTI/MPOG nº 02/2008 MPOG e IN SEGES/MPDG nº 05/2017, tem fácil adequação à utilização do Instrumento de Medição de Resultados (IMR) com base na qualidade/quantidade dos serviços prestados.

Solução 2: Contratação de Empresa Terceirizada Especializada na Prestação de Serviços Contínuo de Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final dos Resíduos dos Serviços de Saúde dos Grupos “A”, “B” e “E sem a inclusão de insumos, sem dedicação exclusiva de mão de obra.

Nesta modalidade, para a aquisição dos materiais de consumo necessários à execução dos serviços, seria preciso realizar uma segunda licitação para a aquisição dos materiais. Considerando que realizar uma licitação exclusivamente para aquisição de materiais seria economicamente dispendioso, não obstante, poderia gerar riscos como atrasos na entrega, falta de produtos ou o item ser deserto na licitação por falta de interessados no fornecimento, além de demandar uma área de almoxarifado para armazenamento.

Análise e Escolha Entre as Soluções Existentes

Ao analisar as soluções, ponderando-se os encargos de cada uma delas, assim como os preceitos legais implícitos em cada uma das opções, entende-se como formato mais adequado o apresentado pela solução 1. Ressaltamos que tal opção ponderou outras metodologias de contratações de instituições externas para a realização do serviço demandado, como estabelecimentos de saúde congêneres, em especial os hospitais e as entidades públicas. Constatou-se que as contratações realizadas eram similares à que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais e normativas.

O serviço em questão, após avaliação detalhada de mercado, demonstra que a prática comum de contratação é através de pregão eletrônico, sendo atendidos os requisitos de licenciamento para transporte, tratamento e disposição final dos resíduos. Ao longo dos últimos anos, foi possível verificar o aumento da cobertura e disponibilidade de fornecedores, refletindo na redução do custo médio para a destinação final de cada quilograma (Kg) de resíduo gerado. Assim, entendemos que a modalidade de pregão eletrônico, com contratação sob demanda, permite a ampla competitividade entre as empresas.

Por fim, deve-se registrar que o modelo proposto também se adequa às cobranças atuais dos órgãos de controle, quanto a uma gestão de serviços por resultados, uma vez que a cobrança dos serviços por Kg coletado, juntamente ao Instrumento de Medição por Resultado (IMR) permite o alinhamento entre as necessidades da organização e a qualidade dos serviços que estão sendo prestados.

No que se refere à busca da melhor solução, foi realizada consulta e verificou que existem empresas especializadas na prestação destes serviços técnicos, conforme tabela (ANEXO I).

Dentro do presente estudo, foram analisados processos de contratações semelhantes feitos por outros órgãos e entidades, por meio de consultas ao Banco de Preços e outros editais, com a finalidade de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Fiocruz Rondônia.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2022

Secretaria Especial de Saúde Indígena / RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 25061.001561/2019-51

UASG:257049

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES / RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 11.534/SEMSAU/2022

UASG: 450522

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 363/2022/SUPEL/RO

Instituto Médico Legal – IML (POLÍCIA CIVIL/PC/RO)

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0019.098304/2021-32

UASG:925373

6. Descrição da solução como um todo

Ao observar e analisar as soluções que se apresentam no item acima (Levantamento de Mercado), suas formas, propostas de fornecimento, seus benefícios e ponderando-se os encargos e a eficiência de cada uma delas, bem como os preceitos legais implícitos em cada uma das opções, conclui-se que o formato mais adequado a ser utilizado na Instituição é a **“OPÇÃO 01”: Contratação de Empresa Terceirizada Especializada na Prestação de Serviços Contínuo de Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final dos Resíduos dos Serviços de Saúde dos Grupos “A”, “B” e “E” com fornecimento de insumos (bombonas) incluso, sem dedicação exclusiva de mão de obra.** O Contratante não se obriga a consumir todo o quantitativo estimado do objeto.

Para que a pretensa contratação atinja os resultados esperados, serão produzidos indicadores de desempenho por meio de avaliações, conforme disposto no Instrumento de Avaliação de Resultados (IMR), que será anexado ao Termo de Referência, por meio de formulário de avaliação mensal realizado pela fiscalização do contrato.

As avaliações ocorrerão de acordo com os serviços efetivamente executados, gerando relatórios mensais que servirão de fator redutor para os cálculos dos valores a serem lançados nas faturas mensais de prestação dos serviços, em planilha digital, preferencialmente com o uso do Microsoft Office Excel, com base nas pontuações constantes nos relatórios.

A fiscalização do contrato realizará a consolidação mensal dos resultados do controle da qualidade dos serviços prestados, indicando para a empresa contratada os cálculos para obtenção dos valores a serem faturados, com base nas pontuações constantes dos relatórios. Além disso e com a finalidade de alcançar os objetivos da contratação, refletindo em resultados pretendidos, será confeccionado também o Mapa de Riscos de todos os possíveis riscos envolvidos na contratação, de maneira que possamos aceitar, transferir, mitigar ou evitar os riscos identificados no objeto pleiteado.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O método utilizado para estimativa das quantidades a serem contratadas foi baseado na experiência trazida pela contratação anterior, conforme processo nº 25389.000035/2016-38.

Período	Peso (Kg)	Aluguel Bombona 200L	Valor Anual
2017	5.374,65	600	45.109,60
2018	3.948,55	600	33.272,97
2019	4.071,55	600	34.293,86
2020	3.193,72	600	27.007,88
2021	3.191,02	600	26.485,47
Dados Médio	3.955,90	600	33.233,96

Os serviços serão medidos conforme cada tipo de resíduo coletado e serão adotadas três formas de mensuração:

1. Quilograma retirado para tratamento por autoclavagem;
 2. Quilograma retirado para tratamento por incineração;
 3. Bombona nova e/ou reutilizada fornecida higienizada e com homologação de fábrica.
- Resíduo Grupo A – Subgrupo A1, A2 e E: Por Kg retirado para tratamento por autoclavagem;
 - Resíduo Grupo A – Subgrupo A4 (filtro contaminado): Por Kg retirado para tratamento por incineração;
 - Resíduo Grupo B – Por Kg retirado para tratamento por incineração;
 - Bombona Nova e/ou Reutilizada – Pagamento por quantidades fornecidas por mês para acondicionamento dos resíduos do Grupo B e por Kg retirado para tratamento por incineração;
 - Barricas de Papelão – Pagamento por quantidades fornecidas por mês para acondicionamento dos resíduos do Grupo E e por Kg retirado para tratamento por incineração.

Observação: As quantidades previstas são estimativas, porém somente o efetivamente executado pela Contratada será pago mensalmente.

Quadro 1 – Estimativa de Resíduos

Item	Local	Descrição	Unidade	Quantidade Total
1	Fiocruz Rondônia	Resíduos "A" e "E"	Quilograma	800
		Filtro de ar e gases aspirantes de áreas contaminadas	Quilograma	500
		Resíduos perigosos grupo "B"	Quilograma	300
		TOTAL		1.600
2	Cepem	Resíduos "A" e "E"	Quilograma	600
		Filtro de ar e gases aspirantes de áreas contaminadas	Quilograma	350
		Resíduos perigosos grupo "B"	Quilograma	250
		TOTAL		1.200
3	CEBio	Resíduos "A" e "E"	Quilograma	600
		Filtro de ar e gases aspirantes de áreas contaminadas	Quilograma	350
		Resíduos perigosos grupo "B"	Quilograma	250
		TOTAL		1.200
TOTAL GLOBAL ESTIMADO				4.000

Quadro 2 – Estimativa de Coletores na cor branca (móvel de duas rodas) de 240L para armazenamento de Resíduo Infectante (para tratamento por autoclavagem)

Local	Coletor 240L (comodato) Resíduos a AUTOCLAVAÇÃO	Resíduo	Quantidade de Coletores Anual
Fiocruz Rondônia	Coletor móvel na cor branca 240 L	Infectante A1, A2, A4	8
Cepem	Coletor móvel na cor branca 240 L	Infectante A1, A2, A4	1
CEBio	Coletor móvel na cor branca 240 L	Infectante A1, A2, A4	1
TOTAL			10

Quadro 3 – Estimativa de Bombonas de 20L para armazenamento Resíduo Grupo B e E (para tratamento por incineração)

Local	BOMBONAS Reutilizadas para INCINERAÇÃO	Resíduo	Quantidade de Bombonas e Barricas Anual
Fiocruz Rondônia	Bombona 20L	Grupo B e E	12
	Barrica de Papelão	Grupo B e E	52
Cepem	Bombona 20L	Grupo B e E	3
	Barrica de Papelão	Grupo B e E	23
CEBio	Bombona 20L	Grupo B e E	3
	Barrica de Papelão	Grupo B e E	13
TOTAL			106

O contrato terá um quantitativo de 10 Coletores na cor branca (móvel de duas rodas) de 240L.

O quantitativo de coletores, bombonas, barricas e peso (Kg) foram dimensionados de acordo com as necessidades da Fiocruz Rondônia na ocasião da elaboração deste estudo técnico preliminar. Sendo assim, poderá sofrer alteração no decorrer do contrato, tanto para mais quanto para menos, dependendo das necessidades futuras da contratante e nos percentuais previstos no art. 65 § 1º da lei 8.666/93.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$) 28.965,34

Buscando facilitar o dimensionamento, foram discriminadas na Quadro abaixo todas as possíveis informações coletadas para a Prestação de Serviços Continuados de Coleta Externa, Transporte Externo, Tratamento e Disposição Final de Resíduos Infectantes (Grupos "A1", "A2", "A4", "E" e Resíduos Perigosos), (Grupo B) gerados na Fiocruz Rondônia, no Cepem (Hospital Cemetron) e Universidade Federal de Rondônia (Laboratório CEBio).

A estimativa de preços referenciais obtida, considerou a metodologia de pesquisa de preço com três fornecedores que atuam no mercado local. Ressalto que os valores alferidos é para atender 12 meses de contrato.

Item	Local	Descrição	Valor total
1	Fiocruz Rondônia	Resíduos "A" e "E"	R\$ 5.394,67

		Filtro de ar e gases aspirantes de áreas contaminadas	R\$ 3.371,67
		Resíduos perigosos grupo "B"	R\$ 2.023,00
		Resíduos "A" e "E"	R\$ 4.046,00
2	Cepem	Filtro de ar e gases aspirantes de áreas contaminadas	R\$ 2.360,17
		Resíduos perigosos grupo "B"	R\$ 1.685,83
		Resíduos "A" e "E"	R\$ 4.046,00
3	CEBio	Filtro de ar e gases aspirantes de áreas contaminadas	R\$ 2.360,17
		Resíduos perigosos grupo "B"	R\$ 1.685,83
		Subtotal	R\$ 26.973,34
		Insumos	
		Coletores na cor branca (móvel de duas rodas) de 240L	R\$ 960,00
		Bombona 20 L	R\$ 600,00
		Barrica de Papelão	R\$ 432,00
		Subtotal	R\$ 1.992,00
		VALOR GLOBAL DA PROPOSTA	R\$ 28.965,34

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Embora a regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, seja a divisão do objeto em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, buscando o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala, opta-se pelo agrupamento em único lote.

A opção pelo agrupamento se faz pela adequação e economia na gestão, inter-relação da execução, de modo a permitir ao contratado, por sua vez, realizar uma gestão centralizada do contrato e respectiva garantia de qualidade.

Dessa forma, a execução por mais de uma empresa poderá resultar em atrasos ou execução parcial do objeto, acarretando interrupção temporária dos serviços, provocar o acúmulo de resíduos que pode acarretar em significativos problemas de saúde à trabalhadores e a população, comprometendo os procedimentos internos da Instituição e não atendimento à legislação ambiental.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação está prevista no Plano Anual da Fiocruz Rondônia, sob o registro do Plano Plurianual do Governo Federal, ação Orçamentária 20YD do PPA 2020-2023.

ÓRGÃO: 036201 - Fundação Oswaldo Cruz

UASG: 254420 - Fundação Oswaldo Cruz/RJ

UG: 254485 - Fiocruz Noroeste ou Fiocruz Rondônia

PROCESSO: 25380.002867/2022-17

Nº DO ITEM NO PGC: 708

CÓDIGO CATSERV: 1333

PTRES: 172772

FONTE DE RECURSO: 6153000000

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

- Assegurar e garantir a boa execução da contratação do serviço Contínuo de Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final dos Resíduos dos Serviços de Saúde dos Grupos "A", "B" e "E" sempre embasados nos princípios norteadores da legalidade, eficiência e sustentabilidade;
- Atender todos os preceitos legais vigentes, inclusive as mudanças e desafios trazidos com o advento da IN 05/2017 – MPOG;
- Garantir a consonância com o que pregam as Políticas Ambientais obrigatórias aos Geradores de Resíduos, prezando por um ambiente saudável para a atual e as futuras gerações.
- Proporcionar um ambiente limpo e saudável para os trabalhadores, estudantes, pesquisadores e aos pacientes que são atendidos na Fiocruz, cumprindo as Legislações Municipais, Estaduais e Federais que norteiam o controle e descarte dos resíduos gerados pela Instituição.

13. Providências a serem Adotadas

Não há necessidade de ações especiais, além dos trâmites convencionais para a realização desta contratação, bem como não são necessárias intervenções e/ou adequações no local para a execução deste contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Algumas práticas ambientais sustentáveis visam a otimização de recursos, redução de desperdícios e redução dos índices de poluição e deverão ser observadas pela Contratada, entre as quais destacamos:

- Responsabilizar-se pelo recolhimento e descarte correto de todo o material utilizado durante a execução dos serviços, tais como equipamentos eletrônicos, papel, entre outros, pertinentes à execução das atividades;
- No que diz respeito à mão de obra, deverá obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego realizando treinamentos dos seus funcionários periodicamente;
- Atendimento às leis e normas ambientais, tais como:
 - Atender o art. 6º da IN 01/2010 SLTI-MPOG.
 - Atender no que couber às determinações da Lei 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Vale destacar a importância da fiscalização realizar constantes verificações dos procedimentos adotados durante a execução das atividades da Contratada, objetivando buscar a minimização de qualquer dano que possa vir ocorrer por falta de acompanhamento por parte da Contratante.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

16. Responsáveis

1	055.177.957-81	Alessandro Ferreira de Souza	Analista Especializado
2	024.654.682-43	Jean Carlos Feitoza Evangelista	Analista de Gestão
3	055.081.097-81	Keityane Boone Bergamaschi	Analista de Gestão
4	053.505.787-31	Patricia Oliveira Borioni de Melo	Analista Especializado
5	071.861.947-10	Renata Lobo de Paula Barros	Tecnologista em Saúde Pública
6	894.740.402-06	Robnei Roni Stefanos	Analista de Gestão em Saúde
7	012.839.837-02	Tiago Monteleone Monteiro	Engenheiro Júnior

Anexos:

Empresas	Tipos de Resíduos						Tipo de Serviço		B
	Grupo A			Grupo E	Grupo B	Transporte	Tratamento		
	A1	A2	A4				Autoclavagem	Incineração	
LV Soluções Ambientais (Norte Ambiental) Endereço: Acesso Linha C-55, Km 02, Lote 01/A1, Gleba 03, S/N. AREA RURAL DE ARIQUEMES/ARIQUEMES - RO	X	X	X	X	X	X	X	X	
PAZ AMBIENTAL LTDA Endereço: Chácara Lote 58r-2e, Setor 12, S/N - Lote 58r-2e Setor 12. GLEBA CORUMBIARA/VILHENA - RO	X	X	X	X	X	X		X	
M. X. P. Usina de Resíduos - Ar Puro Soluções Ambientais Endereço: Rua d, S/N Lt-21, St-678,Qd-81a DISTRITO INDUSTRIAL, JI-PARANA - RO	X	X	X	X	X	X	X	X	
AMAZON FORT SOLUCOES AMBIENTAIS E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA Endereço: 10a Ângelo Cassol, S/N Quadra11 Lote 3 Setor 52. DISTRITO INDUSTRIAL/PORTO VELHO - RO	X	X	X	X	X	X		X	
Moreira Ribeiro Consultoria Ambiental e Serviços Endereço: Avenida Calama, 5226 Sala 2 FLODOALDO PONTES PINTO/PORTO VELHO-RO	X	X	X	X	X	X		X	
ARTE FERRO SERVICOS E COMERCIO LTDA Endereço: Rua Marechal Rondon, S/N Lote: 03; Quadra: 12; Dist Industrial - Br 364 Km 17/PORTO VELHO-RO	X	X	X	X	X	X		X	
Rondônia Serviços de Incineração De Resíduos Eireli Endereço: Rodovia Br 364, Km 24, Estrada do Morrinho, Km 13, S/N. AREA RURAL DE PORTO VELHO/PORTO VELHO-RO	X	X	X	X	X	X		X	

APÊNDICE II – LISTA DE VERIFICAÇÃO DO TRATAMENTO POR INCINERAÇÃO

Empresa iminente contratada pelo Tratamento dos Resíduos: Representante da Empresa: Acompanhante da Diligência:		Data: Horário:	
ITENS	DOCUMENTAÇÃO	C	NC
1	Apresentar Licença de Operação para o tratamento térmico de Resíduos de Serviço de Saúde, inclusive os resíduos do (Grupo A2 e A3 – RDC 222/ 2018).		
2	Apresentar documento do forno comprovando a capacidade mínima de 100Kg/h e que o forno atinge a temperatura de queima de		
3	Apresentar documento comprovando que o forno atinge a temperatura mínima de queima de 800 °C.		
4	Relatório da SEDAM inventariando a situação da destinação final dos resíduos gerados, de acordo com a Lei n.1145, 12/12/2002, Artigo 41.		
ITENS	CONDIÇÕES GERAIS DAS INSTALAÇÕES	C	NC
4	Possui abrigo ou salas com cobertura para armazenamento temporário dos resíduos?		
5	O Abrigo ou salas de resíduos apresentam sinalização de identificação do tipo de resíduo que armazena?		
6	O abrigo ou salas de resíduos possuem piso e paredes laváveis, com revestimento de fácil limpeza?		
7	O abrigo ou salas de resíduos possuem ponto de água e de luz?		
8	O abrigo ou salas de resíduos possuem ralo direcionado para um sistema de tratamento de efluentes?		
9	Os resíduos são segregados no abrigo ou salas de resíduos em compartimentos diferentes, por tipo de resíduo (grupo A, B e E segundo RDC 222/2018)?		
10	O abrigo ou salas de resíduos possuem telas ou controle contra proliferação de insetos e roedores?		
11	As cinzas geradas pelo tratamento dos resíduos são acondicionadas em recipientes com tampa e armazenado temporariamente em local coberto?		
12	Existe vestiário com chuveiro para a troca de roupa dos funcionários?		
13	O vestiário contém armários para guardar roupas e pertences dos funcionários e outro para guardar EPI?		
14	A empresa disponibiliza os EPI necessários para atividade: uniformes, luvas térmicas resistentes ao calor, protetor facial, avental, botas, máscara?		
ITENS	CONDIÇÕES GERAIS DO FORNO		

15	Dimensões da abertura (boca) do forno e externas:			
	Altura:	cm	Largura:	cm
	Altura:	cm	Largura:	cm
Legendas:		C= Conforme	NC= Não Conforme	
Observações:				
	Nome			Assinatura
Equipe Qualidade Fiocruz Rondônia				
Equipe Qualidade Fiocruz Rondônia				
Responsável da empresa iminente contratada				
Acompanhante da empresa iminente contratada				

APÊNDICE III – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR);

O Instrumento de Medição de Resultados foi elaborado baseado em critérios objetivos com a finalidade de aferir e avaliar diversos fatores relacionados com os serviços contratados, quais sejam: qualidade, desempenho, disponibilidade, abrangência/cobertura e segurança.

Caberá à CONTRATANTE designar responsável pelo acompanhamento das atividades a serem executadas, emitindo relatório mensal de prestação e avaliação dos serviços que será obtido pela média dos relatórios diários feitos pela fiscalização, observando, entre outros, os seguintes critérios:

O formulário de avaliação dos serviços será preenchido de 2ª a 6ª, exceto feriados.

O critério de pontuação dos quesitos a serem avaliados se faz por meio de pontuação em conceitos de **Ótimo**, **Bom** e **Ruim** em cada um dos itens vistoriados.

Conceitos da pontuação a ser utilizada em todos os itens:

ÓTIMO - Refere-se à conformidade total dos critérios, como:

- Empregado devidamente uniformizado e identificado;
- Veículos em perfeito estado de conservação;
- Equipe composta por motorista e 2 ajudantes;
- Equipamentos de Proteção Individual – EPIs;
- Fornecimento de todos os equipamentos auxiliares (pá, vassoura e sacos plásticos);
- Identificação do veículo infectante;
- Kit de emergência p/ transporte de resíduos perigosos;
- Veículos apresentados nos campi vazios e higienizados;
- Estado de Conservação das bombonas;
- Execução do serviço determinado pela Fiscalização;
- Atendimento aos chamados de emergência;
- Veículos licenciados pelos órgãos competentes e pertencer à frota da CONTRATADA
- Fornecimento da balança calibrada;
- Documentos e licenças dentro do prazo de validade.

BOM - Refere-se à conformidade parcial dos critérios, como:

- Ocorrência isolada na conservação e higienização dos veículos;
- Ausência isolada de equipamentos auxiliares (pá, vassoura e sacos plásticos);
- Problemas isolados na execução dos serviços prestados.

RUIM – Refere-se à desconformidade total dos critérios, como:

- Empregado não uniformizado agravado da falta de identificação;
- Veículo em péssimo estado de conservação agravado da falta de higienização;
- Ausência de algum membro da equipe responsável pela coleta dos resíduos;
- Funcionário com EPIs incompletos, principalmente na coleta dos resíduos biológicos;
- Materiais ou equipamentos (pá, vassoura e sacos plásticos) incompletos;
- Identificação dos veículos de coleta como preconiza as normas vigentes;
- Falta do Kit de emergência para transporte de resíduos perigosos;
- Inexecução dos serviços determinados pela fiscalização;
- Não atendimento aos chamados de emergência;
- Envio de Veículos não licenciados pelos órgãos competentes;
- Não fornecimento da balança calibrada no dia da execução da coleta dos Filtros e Coleta de Carcaça;
- Execução de serviço sem técnica adequada;
- Envio de bombonas com avarias.

Ao final de cada mês, o resultado das avaliações diárias será consolidado. Terminada a apuração dos resultados, o valor mensal da fatura será obtido dentro dos seguintes intervalos de pontos/equivalência conforme descrito abaixo:

Quantidade de itens vistoriados = X			
	Quantidade Itens vistoriados(a)	Equivalência (e)	Pontos obtidos (y = a x e)
Quantidade de ótimo =		x 100 (Ótimo) =	
Quantidade de bom =		x 75 (Bom) =	
Quantidade de ruim =		x 50 (Ruim) =	

TOTAL			
-------	--	--	--

A nota (N) será obtida mediante o resultado do somatório dos pontos obtidos (Y) dividido pela quantidade de itens vistoriados (X).

$$N = \frac{\sum (Y)}{(X)}$$

Tabela 1 - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS PARA PAGAMENTO DE SERVIÇOS	
Liberação total da fatura	N ≥ 90
Liberação de 89% da fatura	77 ≤ N ≤ 89
Liberação de 76% da fatura	64 ≤ N ≤ 76
Liberação de 63% da fatura	51 ≤ N ≤ 63
Liberação de 50% da fatura	N ≤ 50

APÊNDICE VI – RELATÓRIO DEFINITIVO

Processo:

Processo Relacionado Pagamento:

Contrato:

Objeto:

Contratado:

Vigência Contratual:

CNPJ:

Competência:

Unidade Contratante:

Coordenação de Serviços:

Por este instrumento, para fins de cumprimento do disposto no art. 49 e art. 50 da Instrução Normativa nº 05 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP, de 26/05/2017, considerando o que consta nos autos do processo nº XXXXXXXXXXXXXXXXXX, referente ao serviço contínuo, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, para XXXXXXXXXXXXXXXXXX prestados no mês XX/2022 nos termos do Contrato nº XXXXXX, celebrado com a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXX, após a análise da documentação apresentada pela Contratada, recebemos provisoriamente os serviços **no mês de Competência XXXXXX**.

Cabe destacar que após a análise da documentação apresentada pela contratada, não foram verificadas irregularidades que porventura impeçam liquidação e pagamento de despesa.

Desta forma, atesto, aos 05 dias de setembro, o **recebimento definitivo** dos serviços prestados no mês de **Agosto/2022**, cujo valor foi dimensionado em R\$ XXXXXX (XXXXXXX) e autorizo a contratada a providenciar o faturamento dos serviços mediante emissão da nota fiscal no exato valor dimensionado neste Termo.

Porto Velho-RO, de de 202X.

Nome do Fiscal do Contrato
Escritório Técnico da Fiocruz Rondônia

APÊNDICE V – FORMULÁRIO DE FISCALIZAÇÃO DIÁRIO

FORMULÁRIO DE FISCALIZAÇÃO DIÁRIA DE AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS	DATA:			
Especificações Técnicas e Boas Práticas	ÓTIMO	BOM	RUIM	Não se aplica
Empregado uniformizado e identificado				
Execução do serviço determinado pela Fiscalização				
Equipe composta por motorista e dois ajudantes				
Equipamentos de proteção individual – EPI's				
Estado de conservação e higienização dos veículos				
Fornecimento de balança calibrada				
Fornecimentos de equipamentos auxiliares (pá/vassoura/sacos plásticos)				
Identificação do veículo				
Kit de emergência para transporte de resíduos perigosos				
Veículos licenciados pelos órgãos competentes e pertencer a Contratada				
Os veículos devem ser apresentados higienizados				
Fornecimento de bombonas sem avarias				

Observações:

Responsável pela Fiscalização

APÊNDICE VI – ORDEM DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇOS			
Empresa:		Cidade:	
Endereço:			
Telefone:			
Nome:	Fiocruz Rondônia	Cidade:	Porto Velho -RO
Endereço:	Rua da Beira	Responsável:	
Bairro	Lagoa		
Telefone:	3219 - 6000		
Tipo de Coleta: Resíduo Grupo A, B e E			
Resíduo	Quantidades (Kg)	Placa do veículo:	
A1			
A2			
A4			
B			
E			
Manifesto número			

Porto Velho-RO, de de 202X.

Cliente_____
Motorista/Coletor

APÊNDICE VII – PLANILHA DE CUSTOS

Item	Local	Descrição	Unidade	Quantidade Total	Valor Anual Total
1	Fiocruz Rondônia	Resíduos "A" e "E"	Quilograma	800	R\$
		Filtro de ar e gases aspirantes de áreas contaminadas	Quilograma	500	R\$
		Resíduos perigosos grupo "B"	Quilograma	300	R\$
		TOTAL		1.600	R\$
2	Cepem	Resíduos "A" e "E"	Quilograma	600	R\$
		Filtro de ar e gases aspirantes de áreas contaminadas	Quilograma	350	R\$
		Resíduos perigosos grupo "B"	Quilograma	250	R\$
		TOTAL		1.200	R\$
3	CEBio	Resíduos "A" e "E"	Quilograma	600	R\$
		Filtro de ar e gases aspirantes de áreas contaminadas	Quilograma	350	R\$
		Resíduos perigosos grupo "B"	Quilograma	250	R\$
		TOTAL		1.200	R\$
SUBTOTAL ESTIMADO				4.000	R\$
Item	Local	Coletor 240L (comodato) Resíduos a AUTOCLAVAÇÃO	Resíduo	Quantidade de Coletores Anual	Valor Anual Total
1	Fiocruz Rondônia	Coletor móvel na cor branca 240 L	Infectante A1, A2, A4	8	R\$
2	Cepem	Coletor móvel na cor branca 240 L	Infectante A1, A2, A5	1	R\$
3	CEBio	Coletor móvel na cor branca 240 L	Infectante A1, A2, A6	1	R\$
SUBTOTAL ESTIMADO				10	R\$
Item	Local	BOMBONAS e BARRICA Reutilizadas para INCINERAÇÃO	Resíduo	Quantidade de Bombonas e Barricas Anual	Valor Anual Total
1	Fiocruz Rondônia	Bombona 20L	Grupo B	12	R\$
		Barrica de Papelão		40	R\$
2	Cepem	Bombona 20L	Grupo B	3	R\$
		Barrica de Papelão		23	R\$
3	CEBio	Bombona 20L	Grupo B	3	R\$
		Barrica de Papelão		13	R\$
SUBTOTAL ESTIMADO				94	R\$
Item	Local	BOMBONAS (Reutilizadas) e/ou DESCARPACK para INCINERAÇÃO	Resíduo	Quantidade de Bombonas e Barricas Anual	Valor Anual Total
1	Fiocruz Rondônia	Bombonas de 20L e/ou descarpac	Grupo E	40	R\$
2	Cepem	Bombonas de 20L e/ou descarpac	Grupo E	23	R\$
3	CEBio	Bombonas de 20L e/ou descarpac	Grupo E	13	R\$
SUBTOTAL ESTIMADO				76	R\$
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA					R\$



Documento assinado eletronicamente por **ROBNEI RONI STEFANES, Analista de Gestão em Saúde**, em 13/10/2022, às 15:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jean Carlos Feitoza Evangelista, Prestador de Serviço**, CPF: 024.654.682-43., em 13/10/2022, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Keityane Boone Bergamaschi, Prestadora de Serviço**, CPF: 055.081.097-81., em 13/10/2022, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **TIAGO MONTELEONE MONTEIRO, Prestador(a) de Serviços**, em 14/10/2022, às 09:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA OLIVEIRA BORIONI DE MELO, Prestador(a) de Serviços**, em 14/10/2022, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRO FERREIRA DE SOUZA, Prestador(a) de Serviços**, em 14/10/2022, às 09:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RENATA LOBO DE PAULA BARROS ZANIN, Tecnologista em Saúde Pública**, em 17/10/2022, às 13:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JANSEN FERNANDES DE MEDEIROS, Coordenador da Fiocruz Rondônia**, em 17/10/2022, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Sousa da Fonseca, Ordenador por Subdelegação**, em 18/10/2022, às 08:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2150990** e o código CRC **B80FD620**.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra
Atualização: junho/2021

* A AGU poderá atualizar os modelos dos documentos em seu site a qualquer momento

Referência: Processo nº 25380.002867/2022-17

SEI nº 2150990